

Coisas da Política

Documento faz cenário sócio-econômico de 1991

Dirigentes de grandes empresas e instituições, entre elas a Bradesco Seguros, a Caemi, a Petrobrás, o Banco Econômico e a Bolsa de Valores de São Paulo, estão meditando desde a semana passada sobre as informações, as ideias e as profecias de um documento de 100 páginas, em que cinco economistas, um banqueiro credor do Brasil, um sociólogo, um dirigente de uma grande corporação estrangeira, um padre e um líder empresarial elaboraram um cenário sócio-econômico de 1991.

Preparado pela Insight, Engenharia de Comunicação e Marketing, uma empresa do Rio, o documento tem depoimentos dos economistas Mário Henrique Simonsen, Antônio Barros de Castro, Edmar Bacha, Maria da Conceição Tavares e César Maia; do presidente do Banco de Montreal, Pedro Leitão da Cunha; do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho; do presidente da White Martins, Félix de Bulhões; do padre Fernando Bastos D'Ávila, coordenador da Pastoral de Cultura da Arquidiocese do Rio; e do empresário Sérgio Quintella, presidente da Agência de Desenvolvimento do Rio.

Para a maioria deles, o governo cometerá enorme erro se fizer brusca mudança na política de combate à inflação, aplicando novo choque na economia. As possibilidades de que isso aconteça são consideradas baixas por Maria da Conceição, Félix Bulhões, Pedro Leitão da Cunha e Bastos D'Ávila; e mínimas por Simonsen, César Maia e Quintella. Isso não quer dizer que, com exceção de Maria da Conceição, sejam favoráveis à atual estratégia de combate à inflação. Acham que, se a situação é ruim com a atual política econômica, seria pior ainda se o governo mudasse de rota.

Maria da Conceição chega a dizer que é loucura implodir a atual política e substituir a equipe comandada pela ministra Zélia Cardoso de Mello. "Qualquer tentativa nessa direção só teria sentido se houvesse um programa alternativo com amplo respaldo social. Como tal programa não existe e ninguém revelou até aqui capacidade de articular propostas viáveis de curto prazo, o melhor é evitar qualquer tentativa de dar um salto no escuro", resume o documento. Simonsen lembra que alterações drásticas, a curto prazo, na política econômica, dariam a impressão de que o governo não tem firmeza e continuidade na gestão da economia.

Oito dos dez entrevistados consideram baixa ou mínima a possibilidade de o governo não iniciar em setembro a devolução em 12 parcelas da poupança seqüestrada no momento da posse do presidente Fernando Collor. Sérgio Quintella, entretanto, está convencido de que o governo não correrá o risco de reinjetar na economia o equivalente a US\$ 50 bilhões. Simonsen e César Maia crêem que serão criados estímulos para que os poupadore mantêm esses recursos aplicados. "Todos os entrevistados acreditam que o governo tem consciência de que novo sequestro

da poupança afetaria de forma indelével sua credibilidade, provocaria profunda revolta entre os poupadore, criaria um clima de insurreição no Legislativo e por aí vai", diz o documento.

São unâmes, também, em prever que o duro ajustamento da economia impedirá o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). "Os pessimistas admitem até uma depressão, com taxas de desemprego aberto de no mínimo 7%, podendo chegar a 10%, contra os 4% atuais registrados pelo IBGE." A "dieta de emagrecimento" atingirá a todos, gregos e troianos, empresas e pessoas físicas, funcionários públicos e trabalhadores do ABC paulista. Mas será mais perversa com os descamisados — como o presidente Collor se refere à população de mais baixa renda.

Isso indica que 1991 será um ano de conflitos sociais? Seis dos dez entrevistados — Bacha, Quintella, Barros de Castro, Betinho, Simonsen e Pedro Leitão da Cunha — esperam apenas a eclosão de conflitos localizados, explosões ocasionais de insatisfação, que não ameaçariam a ordem estabelecida. Betinho, sociólogo com atuação no chamado movimento popular, dá uma explicação: em épocas de estagnação, a mobilização social fica engessada e as manifestações de violência não são politicamente planejadas. São episódios espontâneos, de desespero. Os mesmos seis entrevistados acham que não haverá tantas greves em 1991. O desemprego funcionará como poderoso antídoto contra as paralisações. Simonsen lembra que a história dos sucessos do movimento sindical está ligada à abundância, à prosperidade, ao crescimento econômico.

Mas César Maia, Félix Bulhões e Bastos D'Ávila prevêem que, se o país ingressar numa profunda recessão, o terreno estará adubado para conflitos generalizados, que poderiam colocar em risco até a estabilidade institucional. "César Maia, único a falar em depressão como um cenário possível para 1991, trabalha com um quadro imprevisível de co-moção social, de distúrbios múltiplos, que exigiriam repressão violenta, caracterizando a marcha do país rumo à insensatez. (...) César Maia acredita que uma extensa rebelião social colocaria as Forças Armadas em cena, para executar, porém, uma ação disciplinadora nos limites impostos pela decretação do estado de sítio", diz o documento.

Há uma unanimidade: uma das variáveis mais problemáticas para o Brasil, em 1991, será a conjuntura internacional. Ela poderá ser menos ou mais negativa. Favorável é que não será. As maiores dificuldades estarão na crise do Golfo Pérsico e em sua repercussão na economia americana. A maioria dos entrevistados julga ser alto ou razoável o risco de enfrentamento com os credores internacionais. Também não tem dúvidas de que, pelo menos em 1991, o Brasil estará distante da rota dos investimentos estrangeiros.

Põe cinzento nisso.

Marcelo Pontes